

FLOTOW, LUISE VON (ORG.). *TRANSLATING WOMEN*. OTTAWA: UNIVERSITY OF OTTAWA PRESS, 2011, 341 p.

FARAHZAD, FARZANEH; FLOTOW, LUISE VON (ORG.). *TRANSLATING WOMEN: DIFFERENT VOICES AND NEW HORIZONS*. ROUTLEDGE: NEW YORK, 2017, 235 p.

Beatriz Regina Guimarães Barboza
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Se *Translating Women* (2011) é uma publicação relevante por si só, *Translating Women Different Voices and New Horizons* (2017) foi o complemento que faltava para exemplificar a amplitude do leque de possibilidades presentes primeiro livro, representativo na vertente atual dos Estudos da Tradução com enfoque dos Estudos de Gênero. A proposta desta resenha é apresentar a proposta de ambos, com principal destaque para o prefácio do livro de 2011 e a introdução do volume de 2017 — considerando estes como os espaços onde as organizadoras explicitamente se situam com relação ao debate ao qual estão se dedicando —, com uma breve descrição do conteúdo de seus capítulos para poder, ao fim, concluir opinando sobre suas contribuições comparativamente.

No prefácio de *Translating Women* (2011), Luise von Flotow, pesquisadora, tradutora e organizadora do livro, expõe a retomada do tema vinculando tradução e mulheres, 20 anos após o período de intensa produção da escola quebeco-canadense no entrecruzamento entre os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero. Com o livro, teve em vista tradutoras, escritoras e personagens ficcionais mulheres (ibid., p. 1), com o devido cuidado para não recair em essencialismos. Esse resgate ampliaria os horizontes do primeiro paradigma desses estudos, focados em “gênero e tradução” (ibid., p. 9), em direção a uma abordagem que considerasse a teoria *queer* e a noção de performance na tradução (ibid.).

Repassando brevemente a produção acadêmica dos anos 90 em gênero e tradução na América do Norte, Flotow expõe com a maior parte deles se baseava em uma política identitária aplicada à tradução, demonstrando como as relações de poder se manifestavam em um silenciamento e desvalorização de mulheres e suas obras, também entre culturas, verificável no estudo de literatura traduzida (ibid., p. 2). Esses trabalhos repercutiram internacionalmente e contribuíram muito para a discussão de gênero em outras áreas das humanidades, porém ainda presos ao paradigma do sexo feminino. No entanto, com o advento da teoria *queer*, o debate teria se movido em direção às pautas LGBT e abandonado o binarismo em torno das categorias “mulheres” e “homens”, enxergando-as como os extremos de um contínuo nos quais as performances se situariam, noção que serviria muito aos “aspectos performativos da tradução” (ibid., p. 3). Flotow,

porém, afirma que essa perspectiva ainda foi pouco explorada, devido talvez ao que o pesquisador Joshua Gamson aponta: “Fixed identity categories are both the basis for oppression and *the basis for political power*” (GAMSON, 1998, em LORBER, 1999, *apud* FLOTOW, 2011, p. 3, destaque dela), política que justamente delimitaria uma reação reivindicatória. Desta forma, com o embaçamento das categorias de gênero derivado da teoria *queer* e sua consequente repercussão na tradução, a discussão nessa direção se enfraqueceu (*ibid.*, p. 3).

No entanto, Flotow reforça que a concepção das discussões em torno da dissolução das fronteiras de gênero, propostas pelos trabalhos feministas nos anos 70 e 80, era motivada sim por um ativismo político. Compreendendo como essa mesma carga se faz presente em um livro chamado *Translating Women*, a editora resolve apontar em que medida os estudos envolvendo performance, o performativo, discurso e gênero podem contribuir para os Estudos de Tradução, dado o aspecto de representação/performance que uma tradução faz de um outro texto (*ibid.*, p. 4). Ela afirma que esse processo se dá a partir de escolhas que refletem uma submissão ou reação às desigualdades políticas e sociais, o que pode confirmar ou ir contra as representações normativas, questionadas por Judith Butler a partir de suas próprias experiências pessoais conflitantes. Esta autora, assim, teria proposto uma desconstrução dessas categorias estanques para abranger mais espaços de reconhecimento aos indivíduos que não se situam em nenhum dos modelos de performance feminina ou masculina.

A crítica que poderia ser feita ao ativismo de Butler seria sua concepção do agente social/sujeito humano antes como um objeto do que um sujeito de atos constitutivos (BUTLER, 1988, p. 519, *apud* FLOTOW, 2011, p. 5), sob a coerção de uma identidade de gênero que é não apenas “a stylized, inescapable, social fiction, but it is pre-determined by what Butler calls ‘the performative’” (FLOTOW, 2011, p. 5). Logo, toda performance, por mais individual que seja, dar-se-ia dentro de um espaço já designado, como os papéis existentes (e permitidos) dentro de uma peça de teatro, lembrando algumas das perspectivas sobre tradução (*ibid.*). Assumindo a hegemonia dos discursos na construção do gênero historicamente, Flotow aponta como Butler quase elimina a criatividade individual dos sujeitos e seu poder de manifestação, encarando-os como objetos feitos através dos discursos pré-existentes (*ibid.*).

Contrapondo a negatividade dessas conclusões, os trabalhos de Andrew Parker e Eve Kosofsky Sedgwick sobre identidade de gênero tecem outra ideia a respeito da fala enquanto ato, mesmo que fragmentário e incoerente, como uma afirmação da subjetividade. Pois, conforme mencionado por Flotow da introdução de Eve e Andrew ao *Performativity and Performance* (1995), as palavras dos sujeitos, na forma como são dispostas performativamente, permitem intervenções no “espaço interlocutório” (1995, p. 13, *apud* FLOTOW, 2011, p. 6). Embora não negue a opressão dos discursos, esse gesto verbal, enquanto manifestação que repercute, age de forma política ativamente.

Com base nessas teorias, Flotow enxerga possíveis contribuições aos Estudos da Tradução em três planos, exemplificados pelos capítulos presentes em *Translating Women*. Em um primeiro, nas possibilidades dos/das tradutores/as

(assim como editores/as, revisores/as, entre outros/as agentes) no preparo e apresentação de textos para novos públicos, feitos com uma consciência crítica sobre seus aspectos sociais e culturais (ibid., p. 7). No segundo, nos trabalhos de *transformance* [translation + performance] realizados por pesquisadoras e tradutoras feministas na revista *Tessera* (Susan Knutson, Barbara Godard, Kathy Mezei e outras), nas quais se verificava como cada indivíduo trabalha, compreende e performa cada texto de forma diferente, ou seja, que se pode “do [and rewrite] one’s gender’ in individual ways” (ibid., p. 8). O terceiro plano, por sua vez, se dá no próprio ato da tradução, que por si reclama um espaço ao levar um texto de uma cultura para outra. Nela, o texto possibilita novas leituras e compreensões, *transformances*, residindo nesse efeito a importância de considerar os “espaços interlocutórios” onde agem.

Flotow finaliza, então, expondo como os estudos da performance, embora pessimistas pelo viés de Butler, podem ser úteis aos estudos da tradução, tendo o mesmo motivo que o dela: o ativismo social. Explorando as diversas possibilidades de tradução entre línguas e aquelas dentro de uma língua em seus distintos indivíduos, reivindicando o “espaço interlocutório” (ibid., 9), pode-se abordá-las por uma perspectiva feminista para incentivar outras práticas e reflexões, sendo este o objetivo da organização de *Translating Women*.

O volume conta com quinze capítulos, com forte presença de pesquisadoras, mas também de homens, porém, concentradas/os em universidades dos Estados Unidos (5), do Canadá (3), do Reino Unido (3), da França (2), da Espanha (1) e Alemanha (1) e a ausência de uma seção dedicada à biografia resumida dos/as autores/as dificulta o acesso à informação sobre seus países de origem e/ou formação. Além disso, a maior parte dos temas se concentra em produções europeias (7) ou estadunidenses (3), com exceção dos capítulos que lidam com: a Argentina através da tradução de textos de Alejandra Pizarnik por Susan Bassnett (1), o Haiti sobre a tradução do livro *Les Rapaces* de Marie Vieux-Chauvet (1), o Japão por vias da recepção de tradução da produção de Sei Shônagon na Europa e nos Estados Unidos (1), México pelo trabalho de tradução de mulheres de Ruth Behar (1) e Marrocos através da análise de tradução do livro *L’Enfant de sable* de Tahar Ben Jelloun ao inglês estadunidense (1). Apesar disso, todos os temas são extremamente relevantes e vão de acordo com a ideia exposta por Flotow em seu prefácio, abordando tanto o resgate de autoras e tradutoras, contando tanto com críticas de tradução de textos de/sobre mulheres — tendo em vista a recepção dessas obras, muitas vezes — quanto debates teóricos sobre o processo de traduzir, a incluir também como o feminismo pode agir nessa atividade.

O primeiro capítulo, “The Voice of Nature: British women translating botany in the early nineteenth century” (ibid., p. 11–36), por Alice E. Martin, expõe como os trabalhos de botânica foram traduzidos no século XIX por mulheres britânicas que não apenas tinham conhecimento específico do assunto, como também se faziam presentes em notas de rodapé e anotações, demonstrando suas motivações e inspirações na tradução. O foco principal de seu trabalho é levantar como mulheres também se inseriram no debate intelectual através da tradução (ibid., p. 12), expondo “how they position themselves with regard to

their subject matter, to the act of translation itself and to their role as women in the transmission of scientific knowledge” (ibid., p. 13). Martin o faz através da análise de tradução de *La botanique historique et littéraire*, escrito por Stéphanie de Genlis (1810), por Eliza P. Reid (1826), e de *Considérations générales sur la végétation*, escrito por Chales François Brisseau de Mirbel (1815), cuja tradução parcial é atribuída (porém não definitivamente) a Jane Haldimand Marcet (1833).

Tom Dolack, partindo para o campo da poesia, escreve sobre as obras traduzidas do alemão pela poeta russa Karolina Pavlova e como seu critério de seleção (e tradução) remetiam à sua própria poética, em “A Dream of Light in the Eternal Darkness: Karolina Pavlova’s Translations from the German” (ibid., p. 37–56). Analisando tanto suas primeiras traduções quanto o romance *Uma Vida Dupla*, Dolack expõe as dicotomias românticas através da qual Pavlova operava tanto sua poesia quanto aquilo que traduzia, em especial a distinção entre o mundano e o celeste, este apenas acessado através da poesia (ibid., p. 39), como visto em uma tradução de escolha dela de “Die Liebe sprach: In der geliebten Blicke” de Friedrich Rückert.

Ainda considerando as escolhas tradutórias em suas afinidades eletivas, Anna Barker discorre sobre o que levou a notória Helen Maria Williams, poeta, romancista e tradutora inglesa de fortes aspirações políticas a traduzir o romance *Paul et Virginie* (1787), de Bernardin de Saint-Pierre, seu amigo, no capítulo “Helen Maria Williams’ *Paul and Virginia* and the Experience of Mediated Alterity” (ibid., p. 57–70). Omitindo trechos ao ter em mente o público leitor inglês, Williams considerou as diferenças culturais em suas escolhas tradutórias, não com o objetivo de melhorar o texto, porém. Ela compreendia a tradução como “a reconstructive process of mediated alterity” (ibid., p. 61), baseada em uma identificação pessoal com o estrangeiro, partilhando com Bernardin de Saint-Pierre inclinações políticas, contra a hierarquia social e a opressão, e o apreço pela estética sentimental. Assim, como aponta Anna Barker, Williams não se submete à mera disseminação do texto original, mas o impregna de sentidos, usurpando o papel produtivo de autoria (ibid., p. 67), invertendo as concepções machistas da tradução enquanto uma atividade derivativa feminina (CHAMBERLAIN, 1992, p. 57 *apud* BARKER, 2011, p. 66).

Noutras vezes, é a escrita da própria tradutora que é afetada pelo contato com outras obras através do intenso processo da tradução, tanto que se mescla com os textos traduzidos de tal forma que se apresenta como co-autoria, como mostra o capítulo de Madeleine Stratford, “From ‘Alejandra’ to ‘Susanna’: Susan Bassnett’s ‘Life Exchange’ with Alejandra Pizarnik” (ibid., p. 71–96). Essa relação se deu principalmente na tradução de Alejandra Pizarnik por Susan Bassnett em *Exchanging Lives — Poems and Translations* (2002), livro em que seu nome aparece na capa junto ao de Pizarnik. Stratford parte da análise das traduções e dos originais escolhidos para entender como foi o processo tradutório, tendo em vista o prefácio escrito por Bassnett, no qual expõe suas intenções, e a repercussão da publicação de sua tradução na difusão da obra de Pizarnik.

O capítulo “Re-vision and/as translation: the poetry of Adrienne Rich” (ibid., p. 97–118), de Sandra Bermann, mostra outro exemplo de poeta que, influenciada pela leitura e tradução de obras estrangeiras, teve sua própria poesia

influenciada, o que se articulou com suas lutas políticas, como foi o caso de Adrienne Rich. Através de suas leituras e traduções, aparecendo como referências em palavras, temas, locais e imagens dentro de sua própria poesia, Rich estabeleceu um diálogo com textos de outras culturas e épocas, especialmente pelas traduções do holandês, do iídiche e do urdu (ibid., p. 101). Nesse gesto, ela buscou direcionar seus textos de forma crítica à tradição patriarcal, usando a tradução também como uma metáfora de transformação dos mitos culturais e das grandes narrativas através do proposta de re-visão.

Pilar Godayol, em seu capítulo “‘I like women’: Regarding Feminine Affinities in Translation” (ibid., p. 119–134), embora mostre também a influência estilística derivada do contato entre escritoras a partir da tradução, busca trazer à tona o trabalho de tradução de mulheres catalãs nas décadas de 80 e 90 (pois muita produção antes foi impedida pela Guerra Civil e o pós-guerra): Montserrat Abelló, Helena Valentí, Marta Pessarrodona, Maria Antònia Oliver e Maria-Mercè Marçal. O capítulo abre com um poema desta última autora e tradutora, “Jo sóc l’altra. Tu ets jo mateixa” (traduzido, mas com nota de Godayol sobre a marcação de gênero feminino, presente no catalão e perdida no inglês), referindo-se às várias e profundas relações entre mulheres, o que a remete ao que Virginia Woolf (autora com a qual muitas dessas escritoras dialogam) apontava em *A Room of One’s Own*, dado que os papéis femininos na literatura foram gravemente prejudicados por sua submissão às personagens masculinas ao longo do tempo. Assim, afirma é preciso escrever sobre elas, e ter uma genealogia de escrita de mulheres, conforme proposta por Marçal, a qual podemos recorrer para encontrar nossas “mães simbólicas” (ibid., p. 121), gesto que a própria Godayol realiza neste capítulo com relação a mulheres escritoras e tradutoras.

O capítulo de Luise von Flotow, “Ulrike Meinhof: De-fragmented and Remembered” (ibid., p. 135–150), narra a respeito de Ulrike Meinhof, cujos textos jornalísticos e ensaísticos ela traduziu, e a partir deles pôde narrar como a reputação de Meinhof enquanto terrorista condicionou a recepção de sua produção escrita. Seu ativismo contra o desenvolvimento de armas nucleares e anti-militarista na Alemanha Ocidental foi largamente conhecido por sua atuação enquanto jornalista nos anos 60, ganhando força com a atuação na RAF, que ela co-fundou em 1970. Assim, seu período como “terrorista procurada” entre 1970 e 1972, o ano de sua prisão, acabou por ser tomado como o emblemático, especialmente pelas pesquisas em inglês, que focaram na produção dela nesses anos. Analisando tanto como Arlene Teraoka e Jeffrey Varon fizeram leituras limitadas de Meinhof, usando-a de forma parcial, Flotow justifica ainda mais seu empreendimento de traduzir os textos jornalísticos de Meinhof da década de 60. Outro aspecto pertinente ao processo é a noção de diferença, que Flotow toma do diálogo com o funcionalismo de Nord, através do qual ela expõe que um de seus objetivos é tornar Meinhof acessível para o público anglófono do século XXI, meta que, ao direcionar a tradução, impõe alterações ao texto fonte (ibid., p. 143–144).

O capítulo de Anna Bogic “Why philosophy went missing: understanding the english version of Simone de Beauvoir’s *Le Deuxième Sexe*” (ibid., p. 151–166) traz outra abordagem ao caso da tradução estadunidense de *O Segundo Sexo*

em 1953 pela Alfred A. Knopf, que permaneceu como a única por décadas. Ela ficou particularmente conhecida nos estudos da tradução por suas distorções e extensos cortes que reverberaram em inúmeras críticas das feministas anglófonas, julgando Beauvoir filosoficamente incoerente, embora o livro tenha sido bem recebido nos anos 50. Embora reconheça que houve impropriedades do tradutor Howard Parshley, zoólogo sem bases filosóficas, Bogic analisa as cartas trocadas entre ele e seu editor-chefe, Harold Strauss, e Blanche Knopf, vice-presidente da editora, e mostra como Parshley foi limitado pelas diretrizes editoriais. Por décadas vigorou uma tradução de má qualidade, tanto por erros linguísticos quanto por imprecisões filosóficas, mas Bogic ressalta que, ao contrário de muitas críticas de tradução, Parshley não agiu sozinho, sendo mais um *agente de tradução*, cujos esforços para tentar ir além de suas capacidades foram tolhidos pelos fins da editora.

“The Story of Ruth and Esperanza: concepts of translation in Ruth Behar’s *Translated Woman*” (ibid., p. 167–182) de Kate Sturge se volta para as questões tradutórias inerentes à etnografia, metafórica e literalmente, como é o caso do trabalho de Ruth Behar com Esperanza. Pseudônimo para uma mexicana de meia-idade que vende flores e verduras porta à porta no município de Mexquitic, mãe de cinco crianças, a pesquisadora tenta outra abordagem. Como outras etnógrafas feministas, ela enfoca no papel de sua subjetividade, explorando as pontes entre ela e a pessoa com quem dialoga através da solidariedade e identificação, assim como formas de desobstruir esses caminhos. Saindo da terceira pessoa no “presente etnográfico”, tem-se uma escrita em primeira pessoa contextualizada no momento (ibid., p. 169), buscando histórias de vida que se centram no particular marginalizado, neste caso, trazendo a mulher ao centro das atenções (ibid., p. 170). Tanto na tradução quanto na etnografia há um diálogo entre culturas, entendendo-as enquanto noções instáveis e heterogêneas, porém Ruth enfrenta o obstáculo ao escrever de forma a incentivar a solidariedade e minimizar a objetificação hierarquizante (ibid., p. 171-172) que apaga a voz da Outra, no que Venuti (1995, p. 18 *apud* STURGE, 2011, p. 172) chama de “violência etnocêntrica”. Nisso surge a problemática proposta de “dar voz às mulheres”, tanto no sentido interlinguístico quanto na passagem da oralidade à escrita, com o distanciamento do contexto político e histórico entre as gravações e a leitura da etnografia pelo público estadunidense. Para fugir dessa falsa expectativa, Behar abdica da ilusão do discurso sem interferências e conta a história como uma narração posterior de uma história que ouviu (ibid., p. 173). A pesquisadora, ela mesma, vive em tradução, conforme aponta Sturge, pois ela é uma estadunidense de origem cubana que se adaptou ao contexto acadêmico dos EUA, cedo tendo deixado seu idioma para trás, para então estar em meio aos privilégios da universidade. Embora seu passado a aproxime de Esperanza, laço ao qual ela recorre, sua situação atual a distancia da mexicana. Resulta que ela leva a história dessa mulher através da fronteira como um contrabando que somente ela, acadêmica, pode realizar (ibid., p. 178). A esse dilema, porém, não se encontra solução, e seu gesto de destacar a experiência de identificação entre tradutora e traduzida no contexto etnográfico é definitivamente uma de suas realizações mais interessantes (ibid, p. 179).

Anne-Lise Feral, em “Sexuality and Fertility in Translated Chick Texts” (ibid., p. 183–202), analisa a tradução de *chick texts* (textos de romances e seriados televisivos escritos sobre, para e frequentemente por jovens mulheres) como *Sex and the City* (o livro e a série de TV), *Bridget Jones’s Diary* e os doze primeiros episódios de *Ally McBeal* para o francês. São produções nas quais a heterossexualidade feminina aparece de forma aberta, desafiando alguns dos padrões patriarcais, sendo tanto uma temática importante quanto um fator explorado para seu sucesso comercial. Se a subversão das representações da heterossexualidade feminina através dos enredos e falas das mulheres em *chick texts* encontrou aceitação e popularidade na ideologia subjacente aos costumes culturais na América do Norte e na Grã-Bretanha, o mesmo não se deu na França. Concepções patriarcais existentes na própria linguagem francesa e as escolhas tradutórias revelaram como a liberdade sexual feminina ainda está condicionada à imagem da cortesã e da prostituta, subordinando seu corpo ao desejo masculino ou à troca de favores materiais e/ou profissionais (ibid., p. 191). As questões que Feral sugere, então, são: se os/as tradutores/as estão conscientes dessas alterações; se existem representações de feminilidade sexualmente autônoma na cultura francesa (que não sejam romances eróticos voltados a uma faixa etária mais avançada) e como se pode entender o estereótipo anglo-britânico de encarar a França como uma cultura sexualmente permissiva. Essas são linhas importantes de investigação levantadas por Anne-Lise Feral a partir da análise de traduções que muito contribuíram não só para expor um processo de alteração quanto para tentar compreender as questões que ela reflete manifestadas na linguagem.

James W. Underhill, no capítulo “Echos of Emily Dickinson: Male and Female French Translators Listening to the Poet” (ibid., p. 203–238), traduzido por Luise von Flotow, centraliza-se na análise das traduções de Emily Dickinson ao francês, com base na significação poética que se manifesta através dos padrões sonoros formados pelas palavras. Tendo as teorias de tradução feminista em mente, ele se propõe a analisar se o gênero do/a tradutor/a influencia no processo tradutório (ibid., p. 207), pois, afinal, Dickinson escrevia e vivenciava o mundo enquanto mulher, ao modo do protestantismo do século XIX, e isso não pode ser desconsiderado por quem traduz. E, infelizmente, é o caso dos três homens que primeiro a traduziram ao francês, embora a eles se deve a importância desses primeiros gestos em favor da difusão da obra dela: P. Messiaen (1956), Alain Bosquet (1957) e Guy Jean Forgue (1970). Porém, isso não se mostrou como uma limitação de gênero, pois, entre as duas mulheres que traduziram a poeta para o francês, Claire Malroux (1989) e Odile de Fontenelles (1997), somente aquela teve êxito na dimensão poética e no trasladar da alteridade da poeta, conforme lembra James ao citar Berman. Dois tradutores de uma geração posterior também foram avaliados por Underhill: Philippe Denis (1986; reedição em 2003) e Patrick Reumaux (2007). Ambos também se prendem ao sentido, mas Reumaux conseguiu recriar com sucesso algumas dimensões poéticas de Dickinson, mas poucas comparadas com Malroux. Assim, o pesquisador afirma que embora as questões políticas de gênero sejam importantes e urgentes, quando se considera o ato de traduzir poesia, vale muito mais a capacidade de ouvi-la (ibid., p. 236).

“Prefacing gender: framing Sei Shônagon for a western audience, 1875-2006” (ibid., p. 239–262), capítulo de Valerie Henitiuk, trabalha com a análise dos prefácios ao *Makura no sôshi*, conhecido pelo público anglófono como *The Pillow Book*, expondo como a questão de gênero, sempre levantada nos paratextos às traduções, nem sempre foi apresentada de forma justa com a obra e sua autora. Valerie toma como referência a proposta tradutória de Meredith McKinney, publicada em 2006, que implicitamente tenta corrigir as representações errôneas das mulheres da corte japonesa do período Heian (séculos VII ao XII), principalmente a notória Sei Shônagon (ibid., p. 239). Enquanto McKinney expressa sua admiração por Shônagon e seu livro, outros tradutores, embora apreciem o texto, frequentemente manifestam irritação com a autora (ibid., p. 244), julgando-a de diversas formas absurdas. Embora as escolhas de tradução dessa tradutora sejam controversas, optando por uma linguagem mais moderna, ela soube fazer jus à obra e personalidade de Shônagon em sua tradução (ibid., p. 257), possibilitando uma reconfiguração da recepção da autora para o público ocidental.

O capítulo “Translating gender/traduire le genre: is transdiscursive translation possible?” (ibid., p. 263–282), de Bella Brodzki, discorre sobre a tradução de termos teóricos entre diferentes contextos culturais, partindo do papel de geração e distorção da tradução na importação estadunidense do estruturalismo e da semiótica francesa, para então traçar a rota da crítica dos feminismos franceses em inglês, contextualizando a questão de gênero e/em tradução e a recepção de termos estadunidenses na França (ibid., p. 263). Tendo em vista como a teoria francesa (que era toda a teoria nos Estados Unidos, tornando o termo redundante, como aponta Brodzki) preponderou no ambiente acadêmico estadunidense a partir do simpósio internacional patrocinado pela Johns Hopkins University em 1966, gerou-se uma grande demanda de tradução dos teóricos estruturalistas e pós-estruturalistas (já que os/as acadêmicos/as estadunidenses raramente liam em francês), embora esse processo de tradução tenha se dado tardiamente com relação ao avanço das próprias teorias na França. Assim, através das editoras universitárias estadunidenses, a teoria francesa ganhou outra vida e status (ibid., p. 265), para seu bem ou mal, e o lapso temporal somado aos efeitos da domesticação derivadas da tradução, e através dela, em conjunto produziu várias distorções (ibid., p. 266), em especial, gerando falsas impressões entre os feminismos estadunidenses e franceses. Em meados dos anos 80 até o começo dos 90, o fluxo mudou de direção. Embora a França tenha rejeitado as políticas identitárias sexuais, cunhadas nos termos de direitos civis e do comunitarismo das minorias na via estadunidense, tendo como base seus ideais universalistas de cidadania individual, foi o anti-identitarismo de Foucault que deu base às teorias que elaboraram o termo “queer” (ibid., p. 268). Em uma postura “defensiva”, conforme a nomenclatura de Robyns (1994, p. 407-408 *apud* Brodzki 2011, p. 268), Brodzki expõe como a tradução de termos como “lesbian”, “gay”, “queer” e “gender” seguiram as restrições socioculturais da cultura francesa, apresentando apenas uma palavra devidamente reconhecida para o caso de *lesbienne*. As outras sofreram tanto por refletirem essa questão das políticas de minorias em toda a conotação que podem posuir, no caso da palavra “gay”, e em especificidade, no

caso de “gender”, que no francês, “genre” se refere a muito mais do que o termo abarca no inglês. Assim, Brodzki expôs como os termos teóricos, na tradução, tiveram muitos de seus sentidos e dimensões alterados nesse intercâmbio cultural e acadêmico entre Estados Unidos e França.

“On becoming in translation: articulating feminisms in the translation of Marie Vieux-Chauvet’s *Les Rapaces*” (ibid., p. 283–304), capítulo de Carolyn Shread, relata suas reflexões sobre tradução feminista com base em sua própria experiência, para expor como ela não necessariamente deve ser reconhecida como tal somente por marcadores explícitos, no paradigma da escola quebeco-canadense. Ela justifica que, ao invés de se apresentar majoritariamente através desses aspectos informativos, o feminismo pode sim se fazer presente na tradução enquanto elemento formativo, isto é, tornando a tradução diferente pela forma como conscientiza o/a tradutor/a a ler, interpretar e escrever. Shread traduziu *Les Rapaces* (1986) de Marie Vieux-Chauvet, do francês haitiano para o inglês, atenta às narrativas explícitas ou não no livro da autora, e essas, conforme ela observa, são ideológicas, determinando escolhas éticas (ibid., p. 284). Frente a isso, a tradutora se viu diante das teorias feministas de tradução e propôs que “a feminist or queer translation, for instance, does not have to march down a demarcated path to communicate its intent” (ibid., p. 285), sem rejeitar as políticas identitárias, mas em prol de “recasting the positions adopted by groups of individuals around particular identities as a reflection of shared narratives, rather than shared identity attributes” (“Ethics of Renarration”, BAKER, 2008, nas palavras de SHREAD, 2011, p. 286). Questionando seu direito de traduzir o texto de uma mulher haitiana, Shread se empenhou em um diálogo com haitianos/as, tanto residentes no Haiti quanto nos Estados Unidos, para compreender se havia um desejo de tradução daquele texto e que tipo de repercussões tal gesto poderia acarretar. A tradutora, através de seu empenho e dedicação, ao longo do tempo, acredita ter criado um espaço em que poderia falar (ibid., p. 296). Shread, portanto, defende uma tradução feminista na qual o direito de poder traduzir começa a ser concebido através da disposição de dedicar-se e aderir à novas narrativas, no processo de tornar-se que abarca aquilo que se propõe a traduzir (ibid., p. 296–298).

O último capítulo, “‘Gender trouble’ in the american translation of Tahar ben Jelloun’s *L’enfant de Sable*” (ibid., p. 305–326), de Pascale Sardin, desenvolve como a tradução de uma obra de Jelloun para o inglês sofreu alterações que minaram os recursos linguísticos que marcavam a proposta do enredo. Marroquino que escreve em francês, Tahar se inspira na cultura do norte da África (ibid., p. 305) e, neste livro em particular, narra a história de uma garota, a oitava filha de uma família marroquina, que, sob decisão de seu pai, deve se tornar um menino, pela honra da família que até então só tinha filhas mulheres. No entanto, o tempo passa e ela sente que precisa se assumir enquanto mulher, processo que o autor descreve linguisticamente, no uso intercalado de substantivos femininos e masculinos intercalados, entre outros, mostrando uma polaridade em conflito, além dos pronomes e imagens evocadas. Tal procedimento evoca as teorias de Butler (1990) do gênero enquanto performance que, sendo enunciado, segue-se na prática, conforme aponta Sardin. No entanto,

percebe-se como tanto o tradutor quanto o editor não só ignoraram a problematização em torno da questão de gênero no nível linguístico, como também se manipulou o texto com vários cortes e alterações. Tais procedimentos Sardin sugere serem um reflexo da mentalidade cultural dos Estados Unidos no fim dos anos 80 (ibid., p. 306-307), facilitando a leitura do livro de Jelloun, e, assim, sua comercialização (ibid., p. 319), e, em seu texto, ele analisa vários destes casos.

O segundo volume de *Translating Women* (2017), por sua vez, editado conjuntamente por Farzaneh Farahzad e Luise von Flotow, faz jus ao subtítulo *Different Voices and New Horizons*, apresentando uma perspectiva mais variada e estruturada, a ver logo por sua organização. Os treze capítulos são divididos ao longo de quatro eixos: 1) O Papel de Tradutoras; 2) Aplicando Feminismo na Tradução; 3) Traduzindo Autoras em Contexto; 4) Projetos Feministas de Tradução. Atentas para o fato de haver muitas autoras que, embora lecionando ou pesquisando em universidades na América do Norte e na Europa, são formadas as e/ou nascidas em outros países, é através da seção de biografias resumidas ao fim do volume que se pode saber: Farzaneh Farahzad é professora no Irã, Rim Hassen no Reino Unido (com enfoque nos estudos de gênero aplicados ao contexto islâmico), Emek Ergun nos Estados Unidos (de origem turca), Anna Bogic é candidata de PhD no Canadá (com trabalho sobre tradução de *Our Bodies, Ouserlves* ao contexto sérvio), Hiroko Furukawa do Japão, María Victoria Tipiani Lopera da Colômbia, Marilyn Booth do Reino Unido (professora de estudos contemporâneos do mundo árabe), Arianne Des Rochers do Canadá, Li Hongyu da China, Liu Haiping (Nicki) de Hong Kong, Kanchuka Dharmasiri do Sri Lanka, Claudia Lucotti e María Antonieta Rosas do México e, por fim, Bouchra Laghzali do Marrocos.

Notadamente variado, o repertório do livro se coloca como uma resposta à crítica que as próprias organizadoras expuseram que receberam, logo nas primeiras linhas da introdução: “As a sequel to *Translating Women* (2011), which, in one critic’s comment was deemed ‘Eurocentric,’ this collection brings in a series of different voices and new horizons —social, cultural, and political” (FARAHZAD; FLOTOW, 2017, p. 13). As editoras reconhecem a necessidade de internacionalização dos estudos da tradução que, por definição, assim deviam ser, mas sempre sofreram com a hegemonia europeia e anglo-americana. Como meta fundamental com sua publicação, buscam dar visibilidade a esse campo de pesquisa dentro dos Estudos da Tradução, com enfoque na representação escrita de e por mulheres por uma perspectiva abertamente feminista, porém jamais essencialista (ibid.). No entanto, então “determined to expose how women experience this very essentialist world and how they experience womanhood in an essentialist context as researchers, writers, translators, and their subjects” (ibid.), o que é relevante na medida em que, embora não se deva reforçar, nem partir de pressupostos essencialistas, as sociedades muitas vezes operam através deles através de instâncias institucionais e culturais, e é preciso analisar como esses processos se dão ao invés de ignorá-los mirando em sua superação total. O objetivo desta publicação, alinhado com o feminismo transnacional, não se deu sem problemáticas, como as organizadoras relatam, devido aos desafios teóricos,

éticos e políticos que ela levantava: 1) pela forte presença dos feminismos ocidentais; 2) pela adaptação dos textos ao inglês, ainda que realizados por suas próprias autoras, e voltados para uma grande editora acadêmica, também situada no ocidente e em países anglófonos, o que exigiu muita atenção e cuidado das editoras; 3) o cuidado de escolher trabalhos que não gerassem a exotização de temas que ainda tiveram pouco ou nenhum espaço nos Estudos da Tradução em inglês. Esse último aspecto, em particular, foi considerado dentro de uma perspectiva cuidadosa “to present the broader political and cultural situations within which these other authors or translators are working and to de-emphasize exotic differences in their work by locating it in a specific place and time” (ibid., p. xiv). O livro, dentro dessa preocupação, busca, então abarcar a diferença, mostrando “how difference travels and transforms across cultures via translators and the translations they produce” (ibid.), tomando a tradução aqui como uma das necessidades para as mediações através das culturas, dentro de um olhar crítico, com consciência não somente de gênero, mas de raça e classe, pautas que hoje se fazem ainda mais presentes no feminismo transnacional. A pertinência deste livro, não somente em seu enfoque específico, dá-se por dialogar com questões notáveis nos trabalhos acadêmicos dedicados aos Estudos da Tradução, como as relações entre centros e periferias, como as teorias viajam (ou não), debates sobre voz, idioletos, dialetos e socioletos, assim como observando a influência dos fatores econômicos sobre essas mediações via interferências editoriais. Todos os tópicos, porém, convergem à categoria fundamental de análise de “sexual difference” (ibid., p. 16), o escopo elegido por Farahzad e Flotow, que é o diferencial de sua publicação.

Começando a seção sobre o papel de tradutoras, o primeiro capítulo “Women Translators in Contemporary Iran” (p. 3–16), de Farzaneh Farahzad, resgata informações a respeito da crescente presença de tradutoras (e escritoras, incentivadas pelo trabalho de traduzir) no Irã, traçando uma história que percorre desde o começo do século XX aos anos de 2010. Como a autora demonstra, a entrada no campo da tradução foi possibilitada devido ao acesso à educação e alfabetização, gradualmente maior ao longo no tempo, uma vez que antes era reservado às instituições privadas às quais somente meninas de famílias de classes altas poderiam ser matriculadas. Essas, com acesso às escolas, futuramente se voltaram à tradução, como Tajmah Afagh Dowleh e Kolsoom Khanum, mas em 1906 houve o estabelecimento da primeira escola pública para meninas, assim como em 1920 surgiu a primeira revista semanal feminina, *Danesh* (Conhecimento), espaço onde mulheres da elite iraniana se dedicavam a assuntos de interesse doméstico, mas que continham traduções do árabe, inglês e francês, envolvendo também poemas e excertos de prosa de mulheres iranianas (ibid., p. 4-5). Com as modernizações de Reza Shah a partir de 1926, cresceu a quantidade de escolas para meninas, de forma que a escassez de tradutoras até os anos 30 (devido à porcentagem de alfabetização de apenas 3% das mulheres naquele tempo) começou a mudar, incentivando a liberação das mulheres, ainda que os discursos tradicionais dificultassem a expansão desses horizontes. A invasão anglo-soviética do Irã em 1941, apesar de desestabilizar o país, não impediu o avanço na educação de mulheres, que também começaram a ser incentivadas a

aprenderem uma segunda língua. Nas décadas de 40, 50 e 60, o interesse majoritário era a tradução de literatura, cada vez maior devido à porcentagem crescente de alfabetização de mulheres, o que agora já era acessível às classes médias, inclusive a sua presença nas universidades, mas, curiosamente, a partir dos 70, houve uma alteração radical, pois as iranianas passaram a traduzir muito mais livros voltados para crianças e relativos ao cuidado delas. Farahzad destaca o papel de Farah Diba, rainha do Irã, ao realizar em 1973 uma tradução ilustrada de *A Pequena Sereia*, de Hans Christian Andersen, reafirmação o papel maternal das mulheres em meio às propostas de modernização devido à sua influência como parte da família real. No último período analisado, com a República Islâmica consolidada em 1979 e os 8 anos da Guerra do Irã contra o Iraque na década de 80, a autora ressalta como, apesar das turbulências, a taxa de mulheres alfabetizadas continuou a crescer, assim como o percentual de obras traduzidas, mas ainda na vertente da literatura infantil e/ou sobre crianças, devido à predominância do discurso maternal sobre as escolhas tradutórias de mulheres, inclusive talvez porque as guerras as confinavam ainda mais nos ambientes domésticos (ibid., p. 10). Porém, houve um crescimento exponencial na tradução de livros de ciências sociais, devido à sua profissionalização nas áreas de estudo às quais puderam se especializar. Assim, pesquisas como a de Farahzad são fundamentais para compreenderem como a educação (básica e superior), o mercado de trabalho e a tradução se interconectaram no que dizia respeito às mulheres iranianas ao longo da história, sob forte influência de questões políticas.

“Negotiating Western and Muslim Feminine Identities through Translation —Western Female Converts Translating the Quran” (p. 17–38) é uma contribuição fundamental de Rim Hassen para os estudos do Corão, enfocando as mulheres ocidentais convertidas que o traduziram (dentre as 9 que constam como tradutoras), neste caso, Umm Muhammad (ou Aminah Assami), Camille Adams Helmski e Laleh Bakhtiar. A primeira, estadunidense convertida ao islamismo depois de um intenso estudo do árabe na Síria, mudou-se para Jeddah, na Arábia Saudita, onde leciona; a segunda, também estadunidense convertida, com doutorado em árabe na universidade de Damasco, é co-fundadora e co-diretora da *Threshold Society of Aptos*, fundação educacional que segue a tradição Mevlevi; a terceira, por sua vez, converteu-se em sua estadia no Irã, enquanto frequentava aulas sobre cultura islâmica na universidade de Teerã, sendo autora e tradutora de vários livros sobre diversos aspectos da fé islâmica e conhecimentos diversos. A contribuição principal de seu artigo, ao analisar os trabalhos de cada uma das tradutoras (através de introduções, a visibilidade da tradutora e o uso de certas palavras no lugar de outras e os sentidos reforçados através delas), percebe que, apesar de serem todas convertidas vindas dos Estados Unidos, cada uma tomou uma postura específica, sendo o caso mais notório o de Umm Muhammad que, por ter passado a viver em um país majoritariamente muçulmano, teve escolhas tradutórias e interpretativas mais conservadoras com relação ao islamismo (ibid., p. 34). Helmski e Bahktiar, apesar de reivindicarem seu espaço como mulheres, negociando diferenças para fazerem frente à imagem estereotipada das mulheres muçulmanas, estão em um delicado limiar, uma vez que sua visibilidade beira a “exotização” como tradutoras do Corão, devido à força do discurso orientalista

(ibid., p. 35). Hassen, portanto, fornece um olhar detalhado para como cada uma das tradutoras se posiciona e traduz, em um contexto específico de estadunidenses convertidas ao islamismo, que é de grande valia para repensar como as representações se constroem através de identidades que, identificando-se com a alteridade, precisam mediar conflitos com relação ao quem eram, e de onde vieram, para o que vieram a tornar-se.

Na seção sobre a aplicação do feminismo a tradução, “Translational Beginnings and Origin/izing Stories — (Re)Writing the History of the Contemporary Feminist Movement in Turkey” (p. 41–55) é o capítulo de abertura, no qual Emek Ergun se dedica a situar o movimento feminista turco, em específico o Círculo das Mulheres, coletivo de tradução feminista que, de forma parcial, tem sido considerado como um dos marcos principais na emergência das políticas feministas contemporâneas. Analisando a história do movimento, Ergun questiona a forma como ele foi posteriormente utilizado como “origem do movimento” na Turquia, desprezando as contribuições que ele recebeu de outras fontes via tradução, de forma a legitimá-lo, através da repetição coletiva, enquanto “autêntico”, por sua originalidade, desta forma definindo qual é a identidade do movimento. Repassando brevemente a história do país deste seu estabelecimento como república, em 1923, e seus períodos de ditadura militar, o movimento feminista surge nos anos 80, ainda que paradoxalmente, devido às restrições impostas pela ditadura, e composto por mulheres majoritariamente vindas das organizações de esquerda que haviam antes do golpe. Começando como grupos de *consciousness-raising*, não eram vistas como uma ameaça ao regime, de forma que foram toleradas, mas isso não minimiza sua importância como primeiro movimento a surgir depois do golpe (ibid., p. 43). Foi nesse contexto que o Círculo das Mulheres se firmou, sendo conhecido como o primeiro grupo legítimo da época, traduzindo clássicos das leituras feministas ao turco, o que ajudou a aumentar as perspectivas teóricas e epistemológicas locais. Tais contribuições, moldadas ao contexto turco, foram fundamentais para reivindicar políticas públicas em prol das mulheres, porém, sendo pouco estudadas. A questão, analisada por Ergun, é como se passou a usar posteriormente um tom desculpado para a entrada dessas teorias via tradução, principalmente através do documentário *İsian-i Nisvan*, “because these feminisms did not have (or did not know that they had) an ‘original’ discursive heritage of local feminist knowledges, histories, and politics” (ibid., p. 47), negando ou atribuindo pouco valor, no entanto, à sua importância, justamente por reproduzirem a lógica dominante que contrapõe original à tradução (ibid., p. 50–51). Às críticas ao documentário e a narrativa de história originária, argumenta Ergun, não servem para descreditá-los, mas para relativizar os discursos preponderantes mesmo dentro da constituição dos movimentos feministas na Turquia, que muitas vezes silenciam e agridem os elementos que tiveram fortes (e muitas vezes decisivas) contribuições à sua formação. Ela almeja, portanto, “not to dethrone the origin story per se, but to make it more inclusive and less injurious” (ibid., p. 51), cuidado que é necessário para que os feminismos tenham estruturas firmes.

O próximo capítulo, “Translating into Democracy — The Politics of Translation, *Our Bodies, Ourselves*, and the ‘Other Europe’” (p. 56–75), de Anna

Bogic, apresenta a recepção do clássico feminista estadunidense de 1971, *Our Bodies, Ourselves*, na Sérvia (2001), Bulgária (2001), Romênia (2002), Polônia (2004) e Rússia (2007), através das traduções realizadas por ONGs. Com a queda da URSS e a dura transição política e econômica subsequente, houve pioras na qualidade de vida tanto de homens quanto mulheres, mas, de acordo com os Estudos de Gênero, estas começaram a sofrer muito mais com o desemprego e a indução ao retorno para a esfera doméstica, baseada na volta de ideais tradicionais de família, não, e da Igreja Católica e Ortodoxa (ibid., p. 57). Com maiores restrições ao aborto impostas pelos governos que vieram, ONGs enxergaram na tradução do livro *Our Bodies, Ourselves* uma via de levantar esse debate e fazer frente ao que estava ocorrendo, escolha, porém, que não era garantida, devido às dificuldades que as próprias mulheres estadunidenses estavam enfrentando nesse embate, apesar da força do movimento feminista na época. Bogic, assim, repassa o histórico e conteúdo do livro nos Estados Unidos, para então discutir a política de tradução com relação à “outra” Europa que, retomando Marina Blagojević em seu uso da teoria de sistema-mundo, na realidade encarada a Europa Oriental como uma “semiperiferia”, que fica entre o centro e a periferia, contendo traços de ambas, sem se igualar, nem se opor como totalmente diferente: assim, quebra-se o binarismo através de um terceiro elemento em constante transição (ibid., p. 60). Essa noção, por sua vez, pode ser encarada positivamente na medida em que abre as possibilidades para o fluxo de informações via tradução, contra as barreiras que se estabelecem através das oposições que sugerem relações opressivas de dominação. O que seria fundamental, no entanto, como Bogic ressalta através do trabalho de Biljana Kašić, é que as teorias vindas de fora, especialmente do ocidente, não sejam mais valorizadas que o trabalho das feministas da chamada Europa Oriental, que, através de fluxos desiguais, muitas vezes é usado apenas como material de especulação teórica de outros/as (ibid., p. 61-62). É por isso que, havendo espaço para a entrada da tradução de *Our Bodies, Ourselves*, a autora argumenta que, neste processo, o prioritário não foi a “fidelidade” ao original, mas a sua acessibilidade e empoderamento político ou oposicionalidade (ibid., p. 63), de forma que nas 5 traduções houve omissões, reorganização dos capítulos, adição de novos textos e neologismos, além de substituir fotos de mulheres estadunidenses pelas locais, o que, no caso russo, gerou dissonâncias entre a voz no texto e as imagens (ibid., 65). Bogic afirma, portanto, que essas traduções ilustram uma abordagem política à tradução, adaptando para garantir que a mensagem seja efetivamente transmitida (ibid., p. 67), ainda que o processo esteja cheio de riscos que exigem um olhar atento, como os exemplos que ela cuidadosamente traz em seu capítulo.

O capítulo de Hiroko Furukawa, “De-feminizing Translation — To Make Women Visible in Japanese Translation” (p. 76–89) traz uma interessantíssima análise de como a premissa de “fazer a voz das mulheres ser ouvida” pode, muitas vezes, resultar no oposto, pois, no contexto japonês (língua que apresenta marcação de gênero), a linguagem chamada feminina muitas vezes não corresponde aos usos efetivos das mulheres japonesas. Como Furukawa observa, há uma tendência tradutória no Japão, desde o século XIX, de feminilizar excessivamente o discurso das personagens de mulheres na literatura, reforçando

as ideologias que ditam quais expectativas existem sobre os hábitos das mulheres japonesas (ibid., 77). Através de uma análise linguística minuciosa, a autora mostra como as marcações de gênero na linguagem atribuídas às mulheres, caracterizando a chamada “linguagem feminina”, possui fraca relação com o uso que as mulheres de fato fazem do idioma, o que cria um falso estereótipo. Partindo dos estudos de Nakamura, que mostram como os discursos mais feminilizados atualmente são aqueles presentes nas traduções, Furukawa repassa as traduções de *Orgulho e Preconceito* e *Emma*, tanto por mulheres quanto por homens, e chega à conclusão de que tradutores tendem a feminilizar a fala das personagens femininas mais do que as tradutoras. No entanto, ela recorre a outros estudos para perceber como tradutoras também são reprodutoras da violência da convenção machista da linguagem, justamente devido às ideologias de gênero que são culturalmente estabelecidas, que Furukawa brevemente repassa para que se compreenda em parte seu desenvolvimento, e em seguida articula com as teorias feministas de tradução. Assim, a autora propõe uma prática tradutória *desfeminilizante* no caso da literatura japonesa, justamente para romper com as convenções que reforçam estereótipos de gênero (ibid., p. 86), conclusão que contribui para a percepção de como a aplicação do feminismo à tradução é extremamente relativa, dependendo muito dos contextos nos quais se insere.

María Victória Tipiani Lopera, no capítulo “Translation with Fluctuating Feminist Intention: *Letras y Encajes* — A Colombian Women’s Magazine” (p. 90–100), aborda a revista *Letras y Encajes*, *Revista femenina al servicio de la cultura* (1926–1959), que, no começo dos movimentos feministas colombianos nas décadas de 30 e 40, foi uma publicação fundada e mantida por mulheres da classe alta de Medellín. Apesar de serem criticadas por buscarem a aprovação masculina, indo contra os feminismos mais radicais, Lopera analisa através do contexto social e político da época, considerando as mulheres envolvidas na revista, como a postura delas pode ter sido influenciada por uma falta de consciência política. Isso, porém, não as exclui da história do movimento colombiano, apresentando, por outro lado, um trabalho de traduções que significou uma abertura às contribuições estrangeiras que balanceassem o efeito conservador das ideias classistas de base católica. A autora, através de seu trabalho, conseguiu perceber que, nessa revista, mulheres privilegiadas recorriam aos escritos estrangeiros para dar voz às opiniões delas próprias. Mesmo tradicionais para as concepções feministas atuais, suas contribuições tiveram relevância para questionar alguns estereótipos de gênero (ibid., p. 100), de forma que Lopera ajuda, com seu trabalho, a justamente localizar os interesses de agentes de tradução e perceber como isso impactou suas escolhas e maneiras de traduzir.

Na terceira parte, dedicada à tradução de mulheres em contexto, o capítulo de Marilyn Booth, “Three’s a Crowd — The Translator-Author-Publisher and the Engineering of Girls of Riyadh for the Anglophone Readership” (p. 105–137) traz a experiência de seu próprio trabalho de tradutora em relação à autora e editora, tendo traduzido *Banat al-Riyadh* (Garotas de Riade) da escritora saudita Rajaa Alsanea. Aqui, a reflexão principal se dá contra o lugar-comum no qual a responsabilidade por más escolhas tradutórias sempre recai na/o tradutor(a), pois,

buscando ser uma tradutora consciente, que evitasse colaborar para as distorções difundidas sobre o mundo árabe e as mulheres muçulmanas, suas escolhas não foram apoiadas pela própria autora. Alsanea, devido às suas próprias razões como autora saudita que conseguiu visibilidade, foi contra as tentativas de Booth de nuançar as diferenças e localidades de seu livro, e, junto com a editora, alterou a tradução para reduzir as leituras feministas que a narrativa sugerida pela tradutora havia proporcionado, dialogando com as teorias de Mona Baker (ibid., p. 116). O capítulo, então, expõe como ela enxergou no próprio livro espaço para isso, evitando: homogeneizações, a retirada de marcas de gênero e a despolitização. No entanto, como ela bem ressalta, o/a tradutor(a), além de um(a) agente de mediação intercultural, “a broker of discourses” (ibid., p. 117), também é um(a) trabalhador(a) em meio ao circuito internacional de representações e estas, muitas vezes, obedecem aos interesses comerciais das editoras e/ou autores/as. Booth alerta, então, para que os/as leitores/as tenham consciência de as traduções disponíveis para a leitura são o resultado de um processo de mediações e contestações que, em sua vasta gama de possibilidades, não depende exclusivamente dos/as tradutores/as, mas de quem torna aquelas publicações possíveis, como os/as autores/as, as editoras, os/as revisores/as, entre vários outros agentes.

Traduzido do francês por Luise von Flotow, o capítulo de Arianne Des Rochers, “The Travels of a Cuban Feminist Discourse — Ena Lucía Portela’s Transgressive Writing Strategies in Translation” (p. 120–137), enfoca no trabalho da escritora cubana Ena Lucía Portela, mas aborda também seu contexto entre as *novísimas*, autoras emergentes dos anos 90 que trabalhavam majoritariamente com contos, usando estratégias de complexas e conflituosas qual a situação cubana da época, desmascarando seus sistemas, estruturas e instituições que geravam desigualdade (ibid., p. 123). Mesmo com a existência do feminismo no partido, representado pela Federación de Mujeres Cubanas desde 1960, segundo Rochers ele segue o discurso da Revolução e de Fidel Castro, vivendo ainda em nostalgia dele e não servindo às mulheres, somente auxiliando a incluí-las no mercado de trabalho e nas ocupações públicas, sem nenhuma perspectiva de liberação feminina (ibid., p. 123–124). Assim, é através da literatura que mulheres, como Portela, conseguem representar o mundo segundo sua perspectiva, então, Rochers analisa a tradução de três contos da autora tanto para o inglês quanto para o francês, tendo em vista quem são seus/suas tradutores/as. Comparando o texto de Portela com as traduções, a pesquisadora percebe que todas minimizam as estratégias transgressivas da autora, adaptando seu texto às convenções literárias dos respectivos países aos quais se destinavam, invisibilizando os feitos de seus contos como representativos na perspectiva feminista. É por isso que, Rochers enfatiza, a tradução de textos feministas tem muito a ganhar com a teoria contemporânea, em especial pela lente da diferença e diversidade do feminismo transnacional, e sob uma ética tradutória feminista, para que não percam seu caráter enquanto tais (ibid., p. 135).

“Gender and the Chinese Context — The 1956 and 1999 Versions of Doris Lessing’s *The Grass Is Singing*” (p. 138–158), capítulo de Li Hongyu traduzido por Nancy Tsai, é outro trabalho que evidencia como a escolha de textos a serem

traduzidos, e como o são, refletem os objetivos de quem realiza esse trabalho, lidando, neste caso específico, com o mesmo livro em dois momentos distintos na China. Descrevendo brevemente o texto de Lessing, entende-se como ele foi acolhido por razões distintas em cada momento: na década de 50, sob forte influência da ideologia do Estado — que, na época, prezava pela liberação de homens e mulheres enquanto trabalhadores/as, mas sem desfazer a cultura patriarcal —, como autora “comunista”, opondo-se ao imperialismo e escrevendo contra o racismo (ibid., p. 140); e na década de 90, com uma entrada muito maior, e boa recepção, do feminismo ocidental, e o abandono da “luta de classes” como principal doutrina do governo, reestruturando-se como um país socialista moderno, Lessing passou a ser contemplada por muito mais facetas contidas em sua obra, inclusive a questão de gênero (ibid., p. 145). Compreendendo o contexto de Wang Keyi, tradutor da versão de 1956, e Wang Lei, sua filha e tradutora da versão de 1999, Li Hongyu discorre sobre como a tradução (e prefácio dos/as tradutores/as) foi concebida como uma demanda editorial, feita nos moldes que atendessem as necessidades de mercado, e não por uma afinidade particular dos/as tradutores/as pelo livro, e pai e filha adotaram posturas de acordo com as ideologias e valores correntes às suas posições no campo literário (ibid., p. 147) que eram reflexo de um contexto social e político maior. Ele, no caso, valorizando o aspecto anti-colonialista; e ela, por sua vez, dando ênfase aos assuntos pertinentes às mulheres, o que Li Hongyu efetivamente demonstra em seu artigo ao analisar os prefácios dos/as tradutores e suas escolhas tradutórias, favorecendo certas interpretações em detrimento de outras, embora não tenha existido nenhuma manipulação excessiva ou grave. Isso, no entanto, não exclui o conjunto das pequenas sutilezas que podem causar impactos distintos na leitura de uma obra como um todo, matizando seu sentido de acordo com a ideologia do tempo e contexto em que foi feito, o que é uma das principais contribuições deste capítulo.

O próximo segue propriamente na análise das manipulações propriamente ditas entre as traduções chinesas, como Liu Haiping (Nicki) demonstra em “Manipulating Simone de Beauvoir — A Study of Chinese Translations of *The Second Sex*” (p. 157–168). Duas (a de Taiwan em 1973 e a da República Popular da China em 1986) tiveram como texto fonte somente o volume II da tradução ao inglês de Parshley, embora fortemente criticada, e outras duas (de Taiwan em 1999 e a da RPC em 1998) partiram do texto em francês de Beauvoir, contando com prefácios dos/as tradutores/as e notas editoriais, materiais que serviram para a comparação contrastiva de procedimentos políticos e ideológicos. Liu Haiping traz o contexto sociopolítico tanto da RPC quanto de Taiwan, com conhecimentos complementares ao capítulo anterior, ressaltando novamente a questão do patriarcalismo do sistema que, após a Revolução Cultural (1966–1976), abriu-se para a diversidade, permitindo às mulheres o acesso às teorias que as auxiliassem em seu próprio processo de liberação (ibid., p. 160). Na época das primeiras traduções, houve uma série de cortes, na linha da ideologia do Estado que não permitia a discussão dos direitos das mulheres, assim como os prefácios e notas rejeitavam ou criticavam Beauvoir e/ou seu feminismo existencialista (ibid., 161). As posteriores, por sua vez, valorizam a contribuição que o livro da autora traria

aos Estudos de Gênero na China, encorajando o interesse no tema, ainda que diferentemente entre a versão na RPC e em Taiwan (ibid., 162). Liu Haiping, em seguida, faz um cotejo minucioso de três trechos das quatro traduções, demonstrando diferenças notáveis entre as escolhas de cada tradutor(a), argumentando que “regardless of the claims translators make in their prefaces, they consciously or unconsciously move the texts they translate into their own ideological positions and sexual stereotypes” (ibid., p. 163). Seu trabalho, portanto, também consegue com sucesso exemplificar como as traduções, por determinados/as agentes, sob certas editoras em locais e tempos específicos, produzem trabalhos que podem diferir pouco ou drasticamente, nuance que, nos estudos feminista da tradução, é um dos pontos centrais.

A última seção, por fim, apresenta projetos feministas de tradução, a começar com o caso que usa textos budistas escritos por monjas para dar uma abertura crítica às teorias feministas no Sri Lanka, tema desenvolvido por Kanchuka Dharmasiri em “Voices of the *Therīgāthā* — Framing Western Feminisms in Sinhala Translation” (p. 175–193). Tendo em vista estudantes universitários/as falantes de cingalês, Dharmasiri propõe uma abordagem que almeja aproximá-los/as da teoria feminista sem que a rejeitem por ser estrangeira, tendo em vista toda a problematização em torno dos fluxos de conhecimento e sua produção, assim como as relações políticas entre línguas, discutindo os tradicionalismos nacionais que afastam conceitos feministas “ocidentais” como importações. Apesar da valorização do inglês e ensino nas escolas, ele se torna pouco acessível para a população fora das cidades, assim como não existe oportunidade para grande aprofundamento na falta de recursos e professores/as qualificados/as (ibid., p. 176). Desta forma, seu projeto de tradução não procura simplesmente aceitar irrestritamente o que vem de fora, mas para contrabalancear um problema de privilégios sociais que interfere nos estudos acadêmicos no Sri Lanka, de forma que alguns/algumas tem mais acesso a conhecimentos do que outros/as devido a questões de classe que lhes garantem meios de aprofundarem-se no aprendizado do inglês. A escolha pelas teorias feministas, por sua vez, deu-se pelo reconhecimento de ser necessário contrapor-se aos discursos patriarcais em meio à subcultura universitária, o que, por outro lado, colocou Dharmasiri diante de um impasse com relação à postura das próprias teorias ocidentais, que frequentemente silenciam os conhecimentos produzidos fora dos centros. Assim, sua proposta não é adaptar textos estrangeiros, mas os expor em um recorte que os relacione à própria cultural local (ibid., 180), sem ignorar as hierarquias políticas estabelecidas, mas consciente delas para um objetivo justificado. Para tanto, Dharmasiri percebeu como o *Therīgāthā*, um texto budista de grande popularidade no Sri Lanka, serviria como introdução às traduções de teorias feministas, mostrando como os escritos das monjas conversavam com aqueles conhecimentos sobre o corpo das mulheres, o trabalho doméstico, gênero e liberação (ibid., p. 190). Sua proposta, por fim, não é a total aceitação das teorias, mas apenas possibilitar um diálogo que enfrenta muita resistência em seu país, inclusive mostrando como o *Therīgāthā* pode fornecer uma releitura de textos feministas (ibid.), trocas que só tem a acrescentar à meta maior de relações mais igualitárias.

O capítulo “*Meridiano 105° — An E-Anthology of Women Poets in Mexican and Canadian Indigenous Languages*” (p. 194–208) de Claudia Lucotti e María Antonieta Rosas narra as motivações, desenvolvimentos e futuras perspectivas para o projeto *Meridiano 105°*, plataforma digital dedicada à difusão de poesia de mulheres indígenas situadas em territórios mexicanos e canadenses, com os textos em seus próprios idiomas e traduzidos para outros, usando o Inglês, Francês e Espanhol como auxiliares. A partir de sessões sobre poesia na Universidade Nacional Autónoma de México, focadas no trabalho de mulheres indígenas, a partir da cofundação da cadeira “Margaret Atwood-Gabrielle Roy” pela universidade e a Embaixada Canadense em 2002, houve a possibilidade da vinda de escritoras de ambos os países. Isso motivou a compilação da antologia que, por buscar abranger a maior quantidade possível de traduções para cada texto (por outras poetisas ou tradutoras), deixou de ser uma empreitada simples e levou à ideia de uma plataforma digital, uma vez que a disposição em livro exigiria uma ordenação hierarquicamente constituída, implicando em desigualdades linguísticas (ibid., p. 197). Além disso, a publicação exigiria a escolha de um idioma para a ficha de catalogação, relegando os outros à condição secundária (além disso, seria impossível delimitar qual), outra demanda que iria contra os ideais da proposta. Assim, o formato de um projeto online conseguiu atender às necessidades da empreitada, e também o deixou aberto para futuros desenvolvimentos da ideia original. Até então, o site conta com 7 poetisas mexicanas e 4 canadenses, de distintas idades, a maioria teve acesso aos estudos universitários e possuem trabalhos publicados, com algumas de maior repercussão do que outras pelas oportunidades que tiveram (ibid., p. 202). Lucotti e Rosas situam brevemente o conteúdo de alguns textos, e discorrem como, no caso das poetisas mexicanas, elas tiveram que se autotraduzir e, sabendo da ausência de tradutores/as literários/as para suas línguas, isso inclusive as influenciou na escrita de seus poemas, pois estavam conscientes de que precisariam gerar uma versão em espanhol (ibid., p. 204). Além disso, a discussão, a nível acadêmico, e colaboração de disciplinas diversas foi fundamental para que as participantes discutissem as melhores formas de atingir seus objetivos. Por fim, as autoras do capítulo enumeram alguns dos desafios encontrados, que colocam para o projeto a necessidade de alterações adicionais ao projeto, o que demonstra o quão conscientes estão de sua tarefa, assim como das implicações de lidar com tais materiais e como disponibilizá-los da forma mais coerente possível, prezando pela participação através do diálogo e sem estabelecer hierarquias (ibid., p. 207). O capítulo, portanto, mostra um interessante caminho para os horizontes da integração da tecnologia com os Estudos da Tradução junto aos Estudos de Gênero.

Por fim, o capítulo “The Translation of Islamic Feminism at CERFI in Morocco” (p. 209–222), de Bouchra Laghzali, discorre sobre um relevante mediador do islamismo feminista que é o CERFI (*Centre d'études et de recherches féminines en Islam* — Centro de estudos e pesquisas sobre a mulher no Islã), centro de estudos auxiliando a produzir estudos acadêmicos e a traduzir textos relevantes às mulheres no Islã, difundindo-os através de seu site. Nascido de uma parceria do GIERFI (*Groupe international d'étude et de réflexion sur les*

femmes en Islam — Grupo internacional de estudo e de reflexão sobre mulheres no Islã), localizado em Barcelona, mas não mais atuante, e a *Rabita Mohammadia des Oulémas* (Liga Mohammadiana Acadêmica¹) no Marrocos, sendo a primeira instituição religiosa oficial especializada em pesquisa acadêmica no mundo árabe a abarcar o feminismo islâmico (ibid., p. 209). O CERFI, através de seu site e periódico online, é voltado para o público árabe, usando traduções ao francês e inglês para dialogar com uma audiência não muçulmana, especialmente para ir contra os estereótipos criados sobre as mulheres muçulmanas (ibid., p. 209). Considerando duas mais conhecidas autoras feministas no Marrocos, Laghzali conta a respeito do trabalho de Fatema Mernissi e Asma Lamrabet que, através de profunda pesquisa, auxiliaram a enxergar interpretações religiosas e jurídicas de textos sagrados como distorcidas para a manutenção de sistemas patriarcais, denunciando tais procedimentos e evidenciando como os textos sagrados, na realidade, são a favor da igualdade de gênero (ibid., p. 210–211). Além disso, fazem frente às notícias enviesadas a respeito das mulheres muçulmanas pela mídia internacional, de forma que reconhecem que seus estudos não são apenas voltados para uma crítica interna das interpretações internas de textos religiosos, mas também para ir contra as concepções externas sobre o que de fato se passa entre elas, onde entra, fundamentalmente, o papel da tradução. Assim, o CERFI objetiva ser uma terceira via do feminismo no Marrocos, atuando entre o secular e o tradicional, usando dos trabalhos traduzidos para alcançar mais pessoas, o que requer um cuidado de escolha, a depender de quem se busca atingir (ibid., p. 213). Laghzali, assim, relata através de alguns exemplos quais textos foram traduzidos e para quais idiomas, tendo em vista os tópicos abordados, compondo o que se pode chamar de política de tradução do CERFI (ibid., p. 214). O processo tradutório, por sua vez, também não se dá sem desafios, havendo a necessidade de fornecer um léxico islâmico feminista, uma das atuais linhas de trabalho do centro, assim como o recurso às modificações dos textos originais, com autorização de quem os escreveu. Além disso, há a dificuldade de abordar corretamente os textos do Corão, escritos em árabe clássico, envolvendo palavras cujo sentido se alterou com o tempo, de forma que explicações precisam ser utilizadas (ibid., p. 219), assim como a falta de um padrão à tradução ou transliteração dos nomes divinos, mas o CERFI já adotou procedimentos em prol dessa coesão, escolhendo a transliteração por sua importante carga cultural. Laghzali, por fim, conclui afirmando a importância do centro de estudos no contexto do emergente feminismo islâmico que, para dar conta de tópicos ainda não abarcados pelos/as intelectuais envolvidas no CERFI, precisa de traduções, tanto ao árabe quanto a outras línguas, disponibilizando os conhecimentos ali produzidos para auxiliar na mediação entre as representações de mulheres muçulmanas aos países não islâmicos.

Embora tenha sido necessário resumir drasticamente o conteúdo e argumento do capítulo de cada pesquisadora, somente conhecendo os temas

¹ A tradução do artigo ao inglês não especifica se *Mohammadian League of Scholars* é uma associação só de mulheres (portanto, acadêmicas), ou se também envolve homens, permitindo uma outra tradução de seu nome (acadêmicxs ou acadêmicos/as).

desenvolvidos em cada livro, e como foram abordados, é que se percebe como o volume de 2017 de *Translating Women* avançou muito na proposta iniciada em 2011. Com uma estrutura mais delimitada, tendo em vista o feminismo transnacional, o objetivo da publicação interferiu efetivamente no formato dos textos, fornecendo um panorama dos contextos locais, em seus aspectos políticos, históricos e culturais, que ajuda os/as leitores/as a compreenderem o que está em jogo em cada estudo. Isso não desvaloriza, no entanto, a publicação de 2011, que mobiliza em seu conteúdo questões extremamente pertinentes à intersecção dos Estudos de Gênero com os Estudos da Tradução, resgatando o trabalho de tradutoras, expondo a forma como trabalharam, e como livros de e sobre mulheres foram traduzidos, mobilizando referenciais teóricos fundamentais aos estudos desta área. A edição de 2017, então, surge como a expansão que faltava, trazendo outras bibliografias e pesquisas localizadas, ainda que algumas formas de discursos ocidentais se façam presentes em menor ou maior grau, porém tendo a consciência das hegemonias epistemológicas. Ainda que o uso do inglês como “língua franca” tenha suas limitações, tanto por suas próprias características linguísticas quanto pelas pessoas que efetivamente se tornam lidas ou podem ler, é justamente o papel das/os acadêmicos/as na tradução auxiliarem na mediação consciente dessas trocas, processos densamente carregados de aspectos ideológicos: neste caso, enfocando na questão de gênero. É com essa atenção e cuidado que diálogos podem ser estabelecidos em prol um auxílio mútuo, favorecendo, em seus contextos e em suas formas específicas, a luta pela igualdade às mulheres. Porém, há muito a ser discutido e a ser feito, e, frente a isso, publicações como *Translating Women* e *Translating Women: Different Voices and New Horizons* podem servir de inspiração e base para outras pesquisas e projetos posteriores em outros países e regiões, engajando-se todas em torno do feminismo transnacional em suas vertentes teóricas e práticas.

Beatriz Regina Guimarães Barboza
Beatriz.R.Guimaraes@gmail.com

Recebido em: 4/9/2017

Aceito em: 23/2/2018

Publicado em Abril de 2018